

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2017.

Edição nº 2085

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3

Editais.....6



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

PORTARIA Nº 025/2017 - PF

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O **PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 66 e 67 do Código Civil; o artigo 19, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual n.º 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público - c/c os artigos 2º, §1º, 26 e 28 do Provimento n.º 72/2008-PGJ, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **APROVA** a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E BENEFICENTE MARIA ANUNCIÇÃO GOMES DE GODOY**, com sede em Candiota, RS, em conformidade com o que consta no PR.00031.00989/2013-8.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2017.

KELLER DORNELLES CLÓS,
Procurador de Fundações.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 055/2017

A **EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REVOGAR

- a contar de 01 de fevereiro de 2017, a Portaria n.º 0681/2009, que designou o servidor JAIME MARTINS DIEHL, Arquiteto, ID n.º 3436063, para exercer, em substituição, o Cargo em Comissão de Coordenador de Unidade, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Daiene Gomes da Luz (Port. 0446/2017).

DESIGNAR

- a contar de 01 de fevereiro de 2017, a servidora LUÍSA TRESCASTRO DA SILVEIRA, Assessor Especial I, ID n.º 3448789, para exercer, em substituição, o Cargo em Comissão de Coordenador de Unidade, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Daiene Gomes da Luz (Port. 0447/2017).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 21/02/2017, no cargo em comissão de Assessor de Segurança Institucional IV – CC-03, JOEL JESUS BAPTISTA ROSA, tendo entrado em exercício em 21/02/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2017.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
UAJ Nº 004/2017
PROCESSO Nº 2194-09.00/16-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017**

CONTRATADA: UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; **OBJETO**: prestação de serviços de assistência técnica corretiva para equipamentos Dell: 01 unidade Chassi modelo PowerEdge M1000e, completo com 16 Servidores de rede modelo PowerEdgeM610, PDUs que alimentam o chassi e módulos presentes no mesmo, tais como 04 unidades do Switches modelo PowerConnect M6220, pass-through FC, iKVM, CMCs, fontes de alimentação, ventiladores, etc.; **VIGÊNCIA**: 36 (trinta e seis) meses; **VALOR MENSAL**: R\$ 2.145,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39 Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL**: Leis Estaduais n.ºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.ºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.ºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n.º 54/02. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE SUBSCRIÇÕES
DE SOFTWARES UAJ Nº 005/2017
PROCESSO Nº 2177-09.00/16-2
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017**

CONTRATADA: SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO**: 01 (uma) subscrição do software Red Hat JBoss BPM Suite, na modalidade de suporte Standard com monitoramento JON, 16 núcleos (cores), part number MW2493699F3, com atualização de versões e suporte técnico; **VIGÊNCIA**: 36 (trinta e seis) meses; **VALOR TOTAL**: R\$ 510.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL**: Leis Estaduais n.ºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.ºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.ºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n.º 54/02. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO Nº 0727-09.00/13-3
UAJ Nº 024/2013**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, retifica a súmula do 4º aditivo ao contrato de prestação de serviços UAJ Nº 024/2013, publicada no Diário Eletrônico deste Ministério Público Estadual do dia 20 de fevereiro de 2017 para fazer constar que a empresa chama-se DÍGITRO TECNOLOGIA S.A., e não como constou.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de fevereiro 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



**SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ Nº 016/2016
PROCESSO Nº 0337-09.00/16-7
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nº 11/2016**

CONTRATADA: CARLOS HENRIQUE TERRES SCHUCH – ME; **OBJETO:** prorrogação da vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 14 de março de 2017 e consignação da renúncia, por parte da CONTRATADA, ao reajuste de preços a que teria direito nos termos do item 3.5 da cláusula terceira do contrato, ficando mantidos os valores vigentes, **VALOR MENSAL:** R\$ 166,66; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.37/3701; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusula décima do ajuste; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR
PROCESSO N.º 000391-09.00/17-0**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Eder Juliano Correa Matte, ID n.º 3442527; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, de automóvel particular placas IUA 5355, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito do Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, em conformidade com os Provimentos n.ºs 12/2013 e 73/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 20 de fevereiro de 2017.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 08/2017 (Processo nº 2069-09.00/16-8). **Tipo:** Menor Preço Por Item. **Objeto:** Registro de preços para aquisição de 21 coletes multi-ameaça nível II e 49 coletes nível II para uso de Secretários de Diligências e Policiais Civis/Militares que atuam no Ministério Público Estadual, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Motivação:** alteração nos subitens 4.b e 5.b do Anexo I – Termo de Referência – do Edital e nos subitens 6.1, 7.2 e 10.2 do Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços – do Edital. **Data e horário de abertura das propostas:** 14/03/2017, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 14/03/2017, às 14 horas.
Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2017.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

(1) Pregão Eletrônico n.º 15/2017 (Processo PROA nº 17090000000327) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de Preços de papel higiênico, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 15/03/2017, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 15/03/2017, às 14 horas.

(2) Pregão Eletrônico n.º 16/2017 (Processo PROA nº 17090000000289) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de Preços de fones de ouvido supra-auricular, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 16/03/2017, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 16/03/2017, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2017.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 04/2017

A COORDENADORA DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Outros Procedimentos Investigatórios - Procedimento Individual. **N.º DO PROCEDIMENTO:** 00718.00022/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Everton Luís Resmini Meneses. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **OBJETO:** Acompanhar as obras do Residencial São Sebastião (Minha Casa, minha vida) e a noticiada dação em pagamento. **INVESTIGADO(S):** Prefeitura Municipal de Bagé **LOCAL DO FATO:** Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N.º DO PROCEDIMENTO:** 00718.00005/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Everton Luís Resmini Meneses. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **OBJETO:** INVESTIGAR IRREGULARIDADES, TAIS COMO FALTA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO, DE ALVARÁ SANITÁRIO, DE ALVARÁ DE PPCI E DE LICENÇA AMBIENTAL DA ACADEMIA VIVA VIDA. **INVESTIGADA:** MARA RÚBIA DA NOVA MENEZES PEGAS **LOCAL:** BAGÉ

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N.º DO PROCEDIMENTO:** 00748.00217/2016. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Adrio Rafael Paula Gelatti. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2085

Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Alagamentos na Rua José Tomiolo, próximo ao numeral 285, Bairro Ana Rech, em Caxias do Sul/RS. PARTES: Município de Caxias do Sul - Investigado; Daeli Beatriz Brombatti de Moraes - Representante. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00015/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Loteamento irregular em área de terras situada nos Lotes 32 e 34 da Quadra 5779, no Bairro Pedancino em Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO(S): Irineu Betiolo Filho LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00754.00002/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tássia Bergmeyer da Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: Verificar questões fundiárias em relação ao Loteamento do Bairro São Jorge em Cruz Alta. Investigado: Município de Cruz Alta. INVESTIGADO(S): Município de Cruz Alta LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01762.000.053/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Garibaldi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Adair Manjabosco. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Garibaldi. OBJETO: parcelamento de solo para fins urbanos entre Marcorama e São Roque Figueira de Mello. INVESTIGADO(S): Jane Salete Fachinelli Manica, Leandro Manica, Rosemeri Manica. LOCAL DO FATO: São Roque Figueira de Mello. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00853.00003/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: investigar a legalidade e emissão de poluição sonora no "Bar da Rita"- localizado na Rua Winston Churchill (Antiga Rua J), nº 396, Parque São Pedro INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00861.00007/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: "Verificar a regularidade do funcionamento da Choperia Brahma (M. GARIBALDI & CIA LTDA - ME), seja pelo aspecto formal, seja no que toca a possível geração de poluição sonora e/ou perturbação do sossego alheio." INVESTIGADO(S): M. Garibaldi & Cia Ltda - ME LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00882.00049/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: INVESTIGAR EXISTÊNCIA DE PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS SEM ACESSIBILIDADE PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA. INVESTIGADO(S): Município LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00882.00051/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: INVESTIGAR ACERCA DA EXISTÊNCIA DE MORADIAS INSTALADAS EM ÁREA DE RISCO DE DESLIZAMENTO. INVESTIGADO(S): Município LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00890.00001/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Schinestsck Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo. OBJETO: Implementação de políticas públicas municipais referentes à atividade noturna desenvolvida no centro da cidade de São Leopoldo, que causam perturbação da tranquilidade dos moradores. INVESTIGADO(S): Município de São Leopoldo LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01129.00001/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. OBJETO: Apurar eventual dano ambiental decorrente de poluição sonora durante o período de repouso noturno na Rua Guilherme Muller, n.º 409, bairro Cruzeiro, Salto do Jacuí/RS. INVESTIGADO: Jocemar Silva de Lima. Endereço: Rua Guilherme Muller, n.º 409, Bairro Cruzeiro, Salto do Jacuí/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01212.00002/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório. OBJETO: INVESTIGAR A VENDA DE LOTES ANTES DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA, PARA IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO, DIVULGADO NAS REDES SOCIAIS COMO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL AQUAVILLE", LOCALIZADO NA LINHA PEIXOTO, N.º 3595, BAIRRO ARROIO DAS PEDRAS, EM OSÓRIO.? INVESTIGADOS: SAFRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EIRELI E SEU SÓCIO-ADMINISTRADOR DANIEL DE LIMA DA SILVA, RG N.º 7068448104. INVESTIGADO(S): Safra Empreendimentos Imobiliários Ltda Eireli LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de Fevereiro de 2017.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2085

BOLETIM N.º 5/2017

O COORDENADOR DO GABINETE DE ACESSORAMENTO ELEITORAL científica, na forma do § 1º do artigo 5º da Resolução nº 02/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Procedimentos Preparatórios Eleitorais, conforme as comunicações encaminhadas pelos Promotores Eleitorais responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório Eleitoral. N.º DO PROCEDIMENTO: 00713.00001/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Alegrete. PROMOTORA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Julia Flores Schutt. CLASSIFICAÇÃO: Promotora da 5ª ZE. OBJETO: Fiscalização das contas do Executivo Municipal de Alegrete, exercício 2014, administração do Senhor Erasmo Guterres Silva. INVESTIGADO: Poder Executivo Municipal de Alegrete. LOCAL DO FATO: Alegrete.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de Fevereiro de 2017.

RODRIGO LÓPEZ ZILIO,

Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 07/2017

A COORDENADORA DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00003/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Jaeger Becker. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. OBJETO: verificar se há omissão ou inércia do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do DAER ou mesmo da Empresa Gaúcha de Rodovias, em solucionar o problema verificado depois das fissuras que atingiram a galeria do Km 153 da RSC -287, bem como para acompanhar medidas adotadas para tanto.

INVESTIGADOS: Estado do Rio Grande do Sul e Empresa Gaúcha de Rodovias, situada na Rua Avenida Borges de Medeiros, 261, 3º andar, Porto Alegre, RS. .

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00754.00007/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tássia Bergmeyer da Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: Apurar a situação de abandono de um dos prédios da Escola Estadual Margarida Pardelhas, em Cruz Alta. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01762.000.035/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Garibaldi. PROMOTOR(A)

DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Adair Manjabosco. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Garibaldi. OBJETO: dano ambiental decorrente de intervenção antrópica para parcelamento de solo urbano com corte de vegetação nativa, sem licenciamento ambiental e em área de preservação permanente. INVESTIGADO(S): Ivania Dalmolin Nicolini, MATTEI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, COOPERATIVA HABITACIONAL INOVASUL LTDA. LOCAL DO FATO: Garibaldi. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00823.00002/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pedro Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luana Rocha Ribeiro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pedro Osório. OBJETO: Problemas sanitários causados pelos imóveis localizados na Rua Duque de Caxias, nº 2 (próximo à esquina com Rua Dez de Novembro), e na Rua Duque de Caxias, s/n (próximo à esquina com Rua das Flores). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Pedro Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00882.00044/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Investigar possíveis direcionamentos de Programas Sociais do Município de São Francisco de Paula-RS, constando como investigado o ex Secretário de Obras do Município Gustavo Ivan Tarradt." INVESTIGADO(S): Gustavo Ivan Tarradt Vilela LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01908.000.066/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Coroas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Ramos Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Coroas. OBJETO: Loteamento irregular situado em Linha Café Baixa, neste município de Três Coroas. INVESTIGADO(S): Jair Deecken. LOCAL DO FATO: Três Coroas, RS. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01629.000.035/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de risco à incolumidade dos alunos e funcionários da Escola Amigos do Verde, bem como da edificação, em face de eventuais irregularidades na obra da trincheira da Av. Cristóvão Colombo, nesta Capital.. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Escola Amigos do Verde - R. Honório Silveira Dias, n. 1675. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01633.000.074/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2085

Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ocorrência de alagamentos na Avenida Divisa, na altura do número 1020, bairro Cristal, nesta Capital. . INVESTIGADO(S): Município De Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Avenida Divisa, 1020, casa 01, bairro Cristal, nesta Capital.. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01629.000.040/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de possível loteamento irregular localizado na Estrada João de Oliveira Remião, 2777, Bairro Lomba do Pinheiro, nesta Capital.. INVESTIGADO(S): Município De Porto Alegre, Daniel dos Santos Moraes. LOCAL DO FATO: Estrada João de Oliveira Remião, 2777, bairro Lomba do Pinheiro, nesta Capital. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01629.000.030/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar a adequação do empreendimento imobiliário a ser instalado pela empresa Goldsztein S.A. Administração e Incorporação na Rua Luciana de Abreu, 242, 250, 266, 272, 358, Bairro Moinhos de Vento, nesta capital, aos parâmetros legais da ordem jurídica urbanística brasileira.. INVESTIGADO(S): Município De Porto Alegre, Goldsztein S.A Administração e Incorporações. LOCAL DO FATO: Rua Luciana de Abreu, 242, 250, 266, 272, 358, nesta capital. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01696.000.032/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ivoti. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ivoti. OBJETO: Investigar a formação de suposto loteamento irregular. INVESTIGADO(S): Guido Willybaldo Froehlich. LOCAL DO FATO: Ivoti. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01233.000.028/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ivoti. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ivoti. OBJETO: Verificar irregularidades no Loteamento Hermann, em Lindolfo Collor, RS.. INVESTIGADO(S): Vimorar Empreendimentos Imobiliários Ltda, Rafael Evandro Bauermann. LOCAL DO FATO: Lindolfo Collor. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01234.00087/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Eduardo Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de

Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: apurar a situação de risco do Condomínio Village Center, causado pelo deslizamento de solo que provocou a queda de muro, com grande permeabilidade de solo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01696.000.032/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ivoti. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ivoti. OBJETO: Investigar a formação de suposto loteamento irregular. INVESTIGADO(S): Guido Willybaldo Froehlich. LOCAL DO FATO: Ivoti. CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de Fevereiro de 2017.

DÉBORA REGINA MENEGAT,
Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

EDITAL N.º 03/2017

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, FABIANO DALLAZEN**, na forma do art. 4º do Provimento n.º 24/2008 e do art. 11 do Provimento n.º 33/2008, cientifica que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul homologou o (re)cadastro das seguintes entidades no cadastro de beneficiários de bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta:

1) **Centro de Atendimento e Proteção à Criança e ao Adolescente em Risco de Capão da Canoa**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Luziharin Carolina Tramontina, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, no dia 15 de agosto de 2016;

2) **Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDEDICA de Alegrete**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Júlia Flores Schutt, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, no dia 07 de dezembro de 2016;

3) **Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Josiane Superti Brasil Camejo, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, no dia 07 de outubro de 2016;

4) **Círculo de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Quartiero**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, da Promotoria de Justiça de Torres, no dia 15 de julho de 2016;

5) **Círculo de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Domênico Vicentini**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, da Promotoria de Justiça de Encantado, no dia 08 de fevereiro de 2017;

6) **Clube de Mães e Amigos do Dr. Juliano Moreira**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, no dia 13 de maio de 2016;



- 7) **Comunidade Terapêutica Terra Nova Prevenção, Recuperação e Reinserção Social**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Eduardo Coral Viegas, da Promotoria de Justiça Regional da Restinga de Porto Alegre, no dia 23 de maio de 2016;
- 8) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Candelária**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, da Promotoria de Justiça de Candelária, no dia 21 de setembro de 2016;
- 9) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Estância Velha**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Bruno Amorim Carpes, da Promotoria de Justiça de Estância Velha, no dia 13 de junho de 2016;
- 10) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Getúlio Vargas**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Marcio Abreu Ferreira da Cunha, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, no dia 1º de novembro de 2016;
- 11) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Miraguaí**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Guilherme Santos Rosa Lopes, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, no dia 05 de dezembro de 2016;
- 12) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Montenegro**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, no dia 13 de setembro de 2016;
- 13) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Nova Alvorada**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Fabricio Gustavo Allegretti, da Promotoria de Justiça de Marau, no dia 18 de julho de 2016;
- 14) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Taquara – Polícia Ambiental**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Daniela Fistarol, no dia 17 de junho de 2016;
- 15) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Torres**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, da Promotoria de Justiça de Torres, no dia 27 de junho de 2016;
- 16) **Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Ubiretama**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça André Luis Negrão Duarte, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, no dia 19 de dezembro de 2016;
- 17) **Conselho da Comunidade da Comarca de Erechim**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, no dia 26 de abril de 2016;
- 18) **Corpo de Bombeiros de Venâncio Aires**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, no dia 15 de agosto de 2016;
- 19) **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Cruz do Sul**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul, no dia 24 de agosto de 2016;
- 20) **Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Alfredo Schneider**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, no dia 02 de agosto de 2016;
- 21) **Fundação Cultural de Carazinho**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho, no dia 06 de maio de 2016;
- 22) **Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Alexandre Sikinowski Saltz, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, no dia 20 de junho de 2016;

23) **Fundação Pró-Rio Taquari**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, no dia 02 de setembro de 2016;

24) **Fundação Tênis**, entidade homologada pelo Promotor Assessor Márcio Emílio Lemes Bressani, da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, no dia 18 de julho de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2017.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

EDITAL N.º 04/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, **FABIANO DALLAZEN**, científica que o **Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL**, CNPJ n.º 25.404.730/0001-89, está cadastrado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul como destinatário de recursos oriundos de compromisso de ajustamento de conduta.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2017.

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.